

**16. CONCESSÃO DO ESPAÇO DESTINADO À ALA DA ALIMENTAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 25 de fevereiro, bem como a aprovação da minuta do contrato anexo, nos termos do disposto no nº. 3, do artº. 35.º da Lei 75/2013, de 12 de fevereiro.

Tem informação circunstanciada da Divisão de Contratação Pública.

Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.

### Parecer

Propõe-se a aprovação das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

### Despacho

Adjudico e aprovo a minuta do contrato anexa a esta informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião, após a qual se deverá remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

21/02/2021

### 1. Informação

#### Data

25/02/2021

### 2. Dados Procedimento

| N.º Procedimento                      | Prazo execução   |
|---------------------------------------|--|
| Concurso de Concessão n.º CC/2/20/DCP | 25 anos  |
| <b>Objeto</b>                         | Concessão do espaço destinado à Ala da Alimentação do Mercado Municipal de Braga |

### 3. Propostas de aprovação

- a) Relatório final anexo (148.º/4).
- b) Decisão de adjudicação (76.º).
- c) Redução do contrato a escrito (94.º).
- d) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º).
- e) Aprovação do gestor do contrato (art.º 290º-A): Domingos Lopes

### 4. Órgão competente

Órgão executivo do Município de Braga, nos termos da autorização concedida pela Assembleia Municipal na sua reunião de 12 de setembro de 2020.

## **5. Abertura do procedimento**

Na Reunião de Câmara de 09.10.2020 e aprovado na Reunião AM de 30/10/2020 e nos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizada a abertura do procedimento.

## **6. Apresentação de propostas**

No dia 02 de dezembro de 2020, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

SOPHISTICATION BUBBLE – Exploração e Dinamização de Espaços Comerciais,  
Lda  
LIVING MARKETS I, SA  
MCO, S.A.

## **7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas**

No dia 29 de janeiro de 2021, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, tendo havido pronúncia por parte do concorrente MCO, S.A.

Após análise à pronúncia, verificou-se que não houve alteração na ordenação das propostas, mantendo-se a ordenação constante no relatório preliminar.

## **8. Proposta do júri**

De acordo com o relatório final, de 24 de fevereiro, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa Living Markets I, S.A..

## **9. Caução**

1. Nos termos previsto no ponto 20.1 – Caução, do programa de concurso e no sentido de garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve, nos termos do artigo 89.º, n.º3 do CCP, apresentar uma caução correspondente a 2%, sobre o montante total da concessão (preço mensal proposto pela concessionária (4.000,00€) X o número de meses da concessão (300 meses), o que totaliza os 24.000,00€.

2. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.

3. Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao Programa de Concurso;

4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao Programa de Concurso.

#### **10. Minuta do Contrato**

A minuta do contrato será enviada para aceitação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **11. Prazo de Celebração**

O contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da respetiva minuta, pelo adjudicatário, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

#### **11. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

Face ao disposto na alínea j), n.º 1, art.º 115.º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº19 do programa de concurso (10 dias após a notificação da adjudicação).

#### **13. Anexos**

- a) Relatório Final;
- b) Minuta de Contrato



**Minuta CONTRATO N.º CC/2/20/DCP**

**Concessão de Espaço**

\_\_\_\_ No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021, no edifício dos Paços do Município de Braga, celebram o presente contrato em conformidade com a deliberação de Câmara de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIF 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Segundo: Living Markets I, S.A.**, pessoa coletiva n.º 516179128, matriculada na Conservatória do Registo Comercial \_\_\_\_\_ sob o mesmo número, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente/procuração, que se arquiva no processo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: \_\_\_\_\_

**PRIMEIRA: Objeto** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto regular a **Concessão do espaço destinado à Ala da Alimentação do Mercado Municipal de Braga**, tendo sido por deliberação de Câmara de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021 determinado adjudicar e aprovar a respetiva minuta, na sequência de **Concurso de Concessão n.º CC/2/20/DCP**, ao abrigo dos n.º 1 e do artigo 31.º e artigos 407.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua redação atual. \_\_\_\_\_

**SEGUNDA: Entrada em vigor e Prazo da Concessão** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Considera-se como data de início da concessão a data da assinatura do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O Contrato de Concessão vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos. \_\_\_\_\_

**TERCEIRA: Preço contratual** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O preço contratual da concessão de exploração implica, por parte do segundo outorgante, um pagamento mensal por parte de concessionário de um montante de € 4.000,00 (quatro mil euros),

acrescidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal, de acordo com a proposta apresentada pelo adjudicatário, observando as demais condições do programa de concurso e caderno de encargos.

**QUARTA: Prestação de Caução** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, pelo \_\_\_\_\_, até ao montante de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros), correspondente a 2% sobre o montante total da concessão multiplicado pelo número de meses da concessão, destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. \_\_\_\_\_

**QUINTA: Gestor do contrato** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Fica designado, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP na sua redação atual, como **gestor do contrato** do Município de Braga: Domingos Lopes, chefe de Divisão do Património \_\_\_\_\_

**SEXTA: Resolução de litígios - foro competente** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. \_\_\_\_\_

**SÉTIMA: Contagem de prazos** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**OITAVA: Documentos integrantes do contrato** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP na sua redação atual, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos, que se encontram no procedimento: \_\_\_\_\_

- a. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- b. O caderno de encargos;
- c. A proposta adjudicada;
- d. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário. \_\_\_\_\_

**NONA: Legislação aplicável** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em tudo o que não esteja integralmente previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto no CCP na sua redação atual, e restante legislação e regulamentação aplicável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Este contrato foi elaborado, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes. \_\_\_\_\_

**O Primeiro Outorgante,**

\_\_\_\_\_  
**O Segundo Outorgante,**



**RELATÓRIO FINAL****ARTIGO 148.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS****1. Referência do Procedimento**

Concurso de Concessão n.º CC/2/20/DCP

**2. Objeto**

Concessão do espaço destinado à Ala da Alimentação do Mercado Municipal de Braga.

**3. Designação do Júri****Órgão competente:** Câmara Municipal de Braga.**Data Deliberação:** Na Reunião de Câmara de 09.10.2020 e aprovado na Reunião AM de 30/10/2020.**Habilitação:** Nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**4. Membros do Júri**

| Função     | Nome       |         |          | Carreira/Cargo                |
|------------|------------|---------|----------|-------------------------------|
| Designados | Função     |         |          | Participantes<br>no Relatório |
|            | Presidente | Membros |          |                               |
|            |            | Efetivo | Suplente |                               |
|            | ✓          |         |          | ✓                             |
|            |            | ✓       |          | ✓                             |
|            |            | ✓       |          | ✓                             |
|            |            |         | ✓        |                               |
|            |            |         | ✓        |                               |

**5. Entidades que apresentaram proposta**

| Entidades   |
|---|
| SOPHISTICATION BUBBLE – Exploração e Dinamização de Espaços Comerciais, Lda |
| LIVING MARKETS I, SA  |
| MCO, S.A.   |

**6. Audiência prévia**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.



Em sede de audiência prévia houve pronúncia por parte do concorrente MCO, S.A., conforme documentos anexos.

Assim e em conformidade com o documento de análise à pronúncia que faz parte integrante do presente relatório final, pese embora o júri tenha alterado a pontuação da MCO relativamente aos fatores de ponderação seguidamente enumerados, a ordenação das propostas constante do relatório preliminar mantém-se inalterada.

Alteração na pontuação dos seguintes fatores de ponderação:

#### Planeamento de implementação (PIP)

(3) Calendariza as etapas de concretização dos negócios de exploração das diferentes unidades:  
alteração da pontuação atribuída para 50 pontos

#### Sustentabilidade e Desempenho Energético (SDE)

(3) Aposta no desenvolvimento energético eficiente do estabelecimento:  
alteração da pontuação atribuída para 75 pontos

| Concorrentes               | Qualidade da Proposta |     |     |        | Valia Técnica |     |     |       | Preço      |       |
|----------------------------|-----------------------|-----|-----|--------|---------------|-----|-----|-------|------------|-------|
|                            | QP                    |     |     |        | VT            |     |     |       | P          |       |
|                            | PEE                   | IE  | VEF | QP     | ACI           | PIP | SDE | VT    | Valor      | P     |
|                            | 50%                   | 25% | 25% |        | 30%           | 40% | 30% |       |            |       |
| Living Markets I, S.A.     | 325                   | 275 | 275 | 300,00 | 300           | 325 | 275 | 302,5 | 4 000,00 € | 65    |
| MCO, S.A.                  | 250                   | 200 | 275 | 243,75 | 150           | 175 | 200 | 175   | 4 400,00 € | 71,82 |
| Sophistication Buble, Lda. | 300                   | 225 | 275 | 275,00 | 100           | 200 | 200 | 170   | 3 500,00 € | 54,29 |

| Concorrentes               | Pontuação Final |       |       |        |
|----------------------------|-----------------|-------|-------|--------|
|                            | PF              |       |       |        |
|                            | QP              | VT    | P     | PF     |
|                            | 45%             | 35%   | 20%   |        |
| Living Markets I, S.A.     | 300,00          | 302,5 | 65    | 253,88 |
| Sophistication Buble, Lda. | 275,00          | 170   | 54,29 | 194,11 |
| MCO, S.A.                  | 243,75          | 175   | 71,82 | 185,30 |

#### 7. Proposta de adjudicação

| N.º | Concorrentes           | Valor da proposta economicamente mais vantajosa s/IVA |
|-----|------------------------|---|
| 1   | Living Markets I, S.A. | 4.000,00€   |

**8. Deliberações tomadas por:**

| Unanimidade | Maioria |
|-------------|---------|
| Todas       | -       |

**9. Justificação do voto contra**

Não Aplicável

**10. Anexos**

- a. Relatório preliminar;
- b. Resposta à pronuncia do concorrente MCO

**11. Data**

24.02.2024

**12. Assinatura**

O júri,

**ANÁLISE DA PRONUNCIA DO CONCORRENTE MCO, S.A****QUALIDADE DA PROPOSTA****Plano estratégico de exploração (PEE)****Ponderação 1ª – “(2) Diversificação da oferta de bens e serviços à comunidade e aposta em soluções não estandardizadas no mercado”**

O júri entende que neste ponto da avaliação, a proposta apresenta diversificação da oferta de bens e serviços à comunidade e aposta em soluções não estandardizadas, e desta feita, foi atribuída a pontuação de 75 pontos. Contudo, a proposta não apresenta mensuração das soluções descritas, aspeto necessário para obter a pontuação de 100 pontos, designadamente a medição do impacto, vantagens, avaliação das soluções apresentadas no funcionamento da ala de restauração do mercado. Assim, o júri entende manter a pontuação atribuída.

**Ponderação 2ª – “(3) Recurso aos operadores económicos do próprio mercado como fornecedores de referência, apresentando soluções de interação com o próprio mercado municipal”**

O júri considera que neste parâmetro o concorrente apresenta soluções de interação com os operadores económicos do próprio mercado municipal, designadamente, a aquisição de 50% de produtos do mercado para a confeção dos pratos, e decoração do espaço através de arranjos florais com recurso a floritas do mercado, sem, no entanto, explicitar detalhadamente a forma de as concretizar e de envolver os operadores do mercado. Por conseguinte, o júri mantém a avaliação em 50 pontos.

**Interação na envolvente (IE)****Ponderação 3ª – “(1) Apresenta uma estratégia e soluções concretas de integração das tradições locais e vivências próprias da comunidade na exploração, ao nível de produtos, serviços e iniciativas”**

A avaliação produzida pelo júri, através da atribuição de 50 pontos, resulta do facto da proposta apresentar soluções de integração das tradições e vivências da comunidade local na exploração



da ala da restauração do mercado ao nível dos produtos e iniciativas, sem, no entanto, mostrar serviços de interação com a comunidade, designadamente soluções que facilitem o acesso do público alvo aos serviços de restauração do mercado, bem como, serviços que satisfaçam necessidades da comunidade, tais como, serviços de take-away, entrega ao domicílio, entre outros.

Aliás, tal como a reclamante refere na sua pronuncia, as soluções apresentadas configuram iniciativas de fomento das vivências culturais e não serviços à comunidade.

Assim, o júri entende manter a avaliação em 50 pontos.

**Ponderação 4ª – “ (2) Desenvolve soluções de dinamização do negócio em interação com a comunidade local, nos planos escolares ou culturais ou recreativas”**

Neste parâmetro, foi atribuído ao concorrente a pontuação de 75 pontos, considerando que a proposta não apresenta a concretização de nenhuma parceria estratégica que permita consolidar as soluções apresentadas, e, conseqüentemente, obter a pontuação de 100 pontos, conforme exigido no parâmetro de avaliação. Desta feita, o júri entende manter a classificação deste parâmetro em boa, correspondendo 75 pontos.

**Ponderação 5ª – “ (3) Identifica os principais destinatários do negócio (clientes), os desafios concorrenciais e os segmentos de clientes “**

Após análise da ponderação do concorrente, o júri entende que a proposta submetida identifica, sem mensurar (avaliar, quantificar) e sem apresentar parcerias estratégicas, os destinatários do negócio, desafios concorrenciais e os segmentos de clientes, condição indispensável para obter a pontuação de 100 pontos.

Desta feita, mantem o júri a pontuação atribuída de 75 pontos.

**Viabilidade económico-financeira (VEF)**

**Ponderação 6ª – “(2) Alinha as projeções financeiras com os pressupostos do Plano estratégico de exploração “**

A pontuação atribuída neste parâmetro do critério de avaliação, 75 pontos, reflete o facto da proposta discriminar os pressupostos subjacentes ao estudo económico-financeiro, com o detalhe necessário à sua avaliação, sem, no entanto, apresentar dados de medida que permita interpretar, em consonância com o plano estratégico de exploração apresentado, as opções assumidas, designadamente o número de espaços a concessionar, bem como esclarecer e quantificar o impacto da estratégia de exploração (a sua diferenciação) na captação de clientes. Assim, mantém-se a pontuação atribuída de 75 pontos.

**Ponderação 7ª e 8ª – “(3) Justifica a análise de viabilidade económico-financeira com os indicadores de mercado” e “(4) Quantifica e ilustra detalhadamente todos os pressupostos”**

Neste parâmetro de avaliação, pretende-se fundamentar a viabilidade económica-financeira do projeto através dos dados supostamente obtidos através do estudo de mercado. Ora, na proposta submetida, o concorrente apresenta um estudo de caracterização do mercado, sem apresentar dados quantificáveis que permitissem consolidar e detalhar, designadamente a projeção do número médio mensal de clientes que, de acordo com a projeção financeira apresentada, consumirão nos espaços da ala da restauração. Aliás, nestes fatores de avaliação nenhum dos concorrentes demonstrou de forma detalhada e consolidada os pressupostos utilizados, sendo que todos foram pontuados com 50 pontos.

O júri considera que as ponderações apresentadas pelo concorrente não são atendíveis, mantendo a decisão.

## **VALIA TÉCNICA**

### **Adequação às características do imóvel (ACI)**

**Ponderação 9ª – “(1) Adequação do mobiliário aos pressupostos da exploração e respetiva atividade (qualidade / resistência / durabilidade)”**

Analisada a ponderação do concorrente, consideramos de manter a avaliação produzida. Tal como admitido pelo concorrente a proposta não especifica todos os parâmetros solicitados, designadamente a resistência e durabilidade do mobiliário. Assim, aplicando-se os critérios



estabelecidos a proposta foi pontuada com 50 valores por não detalhar pelo menos um dos pressupostos.

Decide-se não acolher os argumentos produzidos pelo concorrente, e desta feita, manter a avaliação.

**Ponderação 10ª – “(3) Define uma estratégia de manutenção e rotinas de substituição e atualização de equipamentos e estruturas (manutenção preventiva)”**

O critério de avaliação do parâmetro relativo à “Definição de uma estratégia de manutenção e rotinas de substituição e atualização de equipamentos e estruturas (manutenção preventiva)”, implicava que, no mínimo, as propostas patenteassem um plano de ação, sendo que a valorização deste plano seria efetuada com base no detalhe e mensuração dos pressupostos subjacentes. A proposta apresentada pela concorrente referencia três tipos de manutenção sem apresentar um plano que permitisse ao júri depreender as ações a realizar nesta matéria. Por conseguinte, o júri entende não acolher os argumentos suscitados pelo concorrente mantendo a classificação de Suficiente, a que corresponde a atribuição de 50 pontos.

**Planeamento de implementação (PIP)**

**Ponderação 11ª – “(1) Identifica a data em que o estabelecimento entrará em operação, antecedido pelos momentos críticos de desenvolvimento da estratégia de implementação”**

Neste parâmetro avaliativo, pretendia-se que os concorrentes instríssem a proposta com um plano que identifique a data prevista para entrar em funcionamento, antecedido dos momentos críticos. O critério de ponderação previa valorizar com 100 pontos o plano que para além de concretizar todos os pressupostos com o correspondente detalhe, ilustra-se graficamente o caminho crítico e as lógicas sequenciais. Ora, a proposta submetida pela concorrente, apresenta um cronograma que esquematiza as diversas atividades a concretizar para entrar em funcionamento, sem ilustrar o caminho crítico e as lógicas sequenciais, por conseguinte, a proposta foi valorizada com 75 pontos (concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos).

Face ao exposto, o júri considera que não existem razões para alterar a decisão assumida.



**Ponderação 12ª – “(2) Identifica os momentos críticos da concretização da estratégia de comunicação em harmonia com o plano estratégico de exploração”**

Pretendia-se neste parâmetro de avaliação, no âmbito do Planeamento de Implementação, que os concorrentes identificassem os momentos críticos relacionados com a concretização da estratégia da comunicação em consonância com o plano de estratégico de exploração.

Para o efeito, a concorrente apresenta um plano de comunicação sem, no entanto, efetuar o necessário emparelhamento com o plano de exploração, de igual modo, o júri considera que não foram identificados todos os pressupostos, e, por conseguinte, não foram mensurados nem ilustrados. Assim, verificando-se que a proposta não concretiza todos os pressupostos exigidos, foi pontuada, de acordo com os critérios fixados no programa de concurso, com 25 pontos. Pelo facto, o júri considera que não assiste razão ao concorrente, logo mantém as conclusões vertidas no relatório preliminar.

**Ponderação 13ª – “(3) Calendariza as etapas de concretização dos negócios de exploração das diferentes unidades”**

Pretendia-se neste parâmetro de avaliação, no âmbito do Planeamento de Implementação, que os concorrentes calendarizassem as etapas de concretização dos negócios de exploração das diferentes unidades. Para o efeito, a proposta mais valorizava era a que concretizava e detalhava todos os pressupostos (etapas), e ilustrava o caminho crítico e lógicas sequenciais.

De facto, após análise da pronuncia da concorrente, verifica-se que a proposta inclui um quadro global com as etapas de implementação do negócio, que também faz referencia às etapas para a concretização dos negócios de exploração das diferentes unidades, no entanto, sem apresentar detalhe de nenhuma das etapas elencadas.

Assim, considerando os parâmetros de ponderação estabelecidos, o júri decidiu alterar a pontuação atribuída neste parâmetro para 50 pontos.

**Sustentabilidade e Desempenho Energético (SDE)****Ponderação 14ª – “(1) Desenvolve uma estratégia de gestão ambiental do estabelecimento, concretizando o processo de gestão de resíduos”**

Analisada a pronuncia do concorrente, o júri entende que não lhe assiste razão, vejamos:

Neste parâmetro de avaliação, era solicitado o desenvolvimento de uma estratégia de gestão ambiental do estabelecimento, concretizando, especificadamente, a questão relativa ao processo de gestão de resíduos.

Na proposta submetida a concorrente limita-se a concretizar algumas soluções de gestão ambiental do estabelecimento, concretizando a questão do tratamento dos resíduos, através da implementação de um combustor. No entanto, esta concretização de soluções não é devidamente enquadrada, conforme pretendido, no âmbito de um plano global de estratégia ambiental.

Assim, em face dos critérios mensurados, foi atribuída a pontuação de 75 pontos uma vez que a proposta não detalha todos os pressupostos exigidos. Pelo facto, o júri considera que não assiste razão ao concorrente, logo mantém as conclusões vertidas no relatório preliminar.

**Ponderação 15ª – “(2) Desenvolve uma estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social e laboral”**

Para avaliação do parâmetro de Estratégia de Sustentabilidade e Responsabilidade Social e Laboral pretendia-se que os concorrentes desenvolvessem uma estratégia com detalhe que inclui-se algumas ações ao nível da responsabilidade social e laboral.

Na sua proposta, a concorrente apresenta, de forma sintética, algumas ações tendentes a cumprir os requisitos solicitados, no entanto, limita-se a elencar essas ações sem acrescentar o devido e necessário enquadramento estratégico, ou seja, sem detalhe conforme solicitado nos parâmetros de avaliação.

Assim, em face dos critérios mensurados, foi atribuída a pontuação de 50 pontos uma vez que não detalha nenhum dos pressupostos exigidos.

Face ao fundamentado, o júri considera que não assiste razão ao concorrente, logo mantém as conclusões vertidas no relatório preliminar.

**Ponderação 16ª – “(3) Aposta no desenvolvimento energético eficiente do estabelecimento”**

Para avaliação do parâmetro de Aposta no desempenho energético eficiente do estabelecimento, pretendia-se que os concorrentes apresentassem ações concertadas,

ajustadas, integradas que potenciassem uma estratégia de eficiência energética do estabelecimento.

Após análise das ponderações do concorrente, e apesar da proposta não incluir uma estratégia concertada, ajustada e integrada, o facto é que a mesma enumera algumas ações de eficiência sem detalhar, em alguns pressupostos, a forma de implementar, designadamente quando menciona a medida de otimização de sistemas de refrigeração e climatização sem detalhar a forma de concretizar.

Atendendo ao fundamento apresentado, considera-se atender parcialmente os argumentos do concorrente, **alterando a pontuação inicialmente atribuída de 25 para 75 pontos.**